

EM MOVIMENTO

Organismos Universitários de Prática e Advocacia em Direitos Humanos no Brasil

10 de novembro de 2014

Nesta edição

- 1 O que há de novo?
- 2 III Encontro das Clínicas de Direitos Humanos em João Pessoa
- 4 Entrevistas realizadas com organismos mapeados
- 19 Próximo evento: Seminário Nacional Organismos Universitários de Direitos Humanos

O terceiro boletim informativo traz novidades como o seminário nacional, a ser realizado no final do mês na PUC/SP

O que há de novo?

O projeto “Fortalecimento de Organismos Universitários de Prática e Advocacia em Direitos Humanos no Brasil”, em desenvolvimento desde outubro de 2013, pelo Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, do Núcleo de Prática Jurídica da PUC/SP, juntamente com a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia da UFPA, o Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, a Clínica de Direitos Humanos da UNIVILLE e a Clínica de Direitos Humanos do UNIRITTER, lança *online* o seu 3º boletim informativo sobre as últimas atividades realizadas pela pesquisa, bem como traz um breve conteúdo dedicado ao Seminário Nacional que será realizado no final deste mês, na PUC/SP.



III Encontro das Clínicas de Direitos Humanos em João Pessoa

A fim de definir as Instituições que seriam selecionadas para a realização de entrevistas, com o objetivo de aprofundar o conteúdo dos questionários a elas aplicados, bem como para realizar os debates iniciais acerca da criação de uma rede nacional de organismos universitários de prática e advocacia em Direitos Humanos no Brasil, houve, na data de 29 e 30 de maio em João Pessoa, um encontro entre os pesquisadores do Projeto e demais representantes de outras Clínicas de Direitos Humanos do país.

Abaixo, segue a programação e imagens do evento realizado:

III ENCONTRO DAS CLÍNICAS DE DIREITOS HUMANOS

LOCAL: CCJ - UFPB – JOÃO PESSOA/PB

29 E 30 DE MAIO DE 2014

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

DIA 29/05/2014

17:00 – 18:30 CREDENCIAMENTO DO EVENTO

19h. Abertura do evento.

MARIA LUIZA ALENCAR FEITOSA

GUTEMBERG CARDOSO AGRA DE CASTRO

PERSPECTIVAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO JURÍDICO NA UFPB

TEMA: A NOVA PRÁTICA TRABALHISTA

19:30 *Centro de Aconselhamento em Direitos Laborais. Centro de Pesquisas Judiciárias (CPJ). Parceria entre o CCJ e a Escola Judicial do TRT (E-jud). Parceria com a Defensoria Pública do Estado.*

Palestrantes: Paulo Henrique Tavares da Silva (Juiz do Trabalho e doutor em direito pela UFPB); Hermenegilda Leite Machado (Juíza do Trabalho e Diretora da Escola Judicial do TRT); Benedito de Andrade Santanna (Defensoria Pública do Estado da Paraíba).

Debatedores: Professor Demetrius Leão (Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica Trabalhista e Assessor de Estágio – Santa Rita) e professor Jailton Macena (doutorando, docente da disciplina Direito Processual do Trabalho)

21h - Apresentação do projeto Simulador do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), projeto de Pesquisa financiado pelo CNPQ, sob a coordenação de Maria Luiza Alencar Feitosa. Expositor: Filipe Lins Santos

Apresentação do caso simulado da Interamerican Moot Court Competition da Washington College of Law e premiação da equipe vitoriosa do CCJ. Daniel Macedo, Marcella Torres e professor Robson Antão de Medeiros.

DIA 30/05/2014

TEMA: PRÁTICAS JURÍDICAS PARA O ENSINO DO DIREITO NO BRASIL

Manhã

08:30 - 09:30 Experiência da Clínicas de Direitos Humanos do Pará e Rede Amazônica de Clínicas de DH



Valena Jacob (pesquisadora – UFPA), Guthemberg Cardoso (pesquisador – UFPB), Nelson Saule Jr. (coordenador – PUC/SP), Fernanda Lapa (pesquisadora – UNIRITTER)

University of Essex e Advogada Especializada em Direitos Humanos, professora da UNIRITTER)

Debatedor: Professores Sven Peterke (doutor em Direito Internacional Humanitário, professor DCJ) e Werton Magalhães Costa (Procurador da República, mestre em Ciências Jurídicas, professor DDPu)

15:30 – 16h Intervalo

16:30- 17:30 Novas perspectivas do Processo Coletivo brasileiro

Palestrante: RINALDO MOUZALAS (Mestre em direito pela UNICAP, Escritor, Advogado e Professor de Direito).

Debatedor: professor Guthemberg Cardoso (Mestre em Direitos Humanos pela UFPB, Coordenador da Clínica de Direitos Humanos da UFPB); professora Melissa Gusmão Ramos (mestre em Direitos Humanos, professora DDPu)



Guthemberg Cardoso, Hugo Belarmino, Eduardo Fernandes de Araújo e Adriano Godinho

Palestrante: Valena Jacob (Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade do Pará e Professora da UFPA).

Debatedor: Professor Luciano Mariz Maia (Procurador da República, Sub-Procurador Federal de Direitos do Cidadão, doutor em Direito Constitucional).

09:30 – 10h Coffee Break

10h – 11:30 Escritório Modelo de Advocacia “Dom Evaristo Arns” da PUC/São Paulo

Palestrante: Nelson Saule Jr. (Doutor em Direito pela PUC e Coordenador do Escritório Modelo de Advocacia da PUC).

Debatedor: Professor Aécio Bandeira (Mestre em direito pela UFPB e Chefe de Departamento do Campus Santa Rita)

Tarde

14:30 – 15:30: Clínica de Direitos Humanos na Região Sul do País.

Palestrante: Denise Dora (Mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela

Noite

19h – 20h Clínicas de Direitos Humanos à luz da Educação em Direitos Humanos

Palestrante: Fernanda Lapa (Doutora em Educação, professora e Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da UNIVILLE).

Debatedor: Hugo Belarmino (Professor do DCJ, Coordenador do CRDH e Mestre pela UFPB)

20h. Distribuição de Brindes

20h – 21:30 A Implantação do Instituto de Direito Civil-Constitucional e do Centro de Referências em Direitos Humanos no âmbito da UFPB

Palestrantes: Ana Paula Albuquerque (Doutoranda em Direito pela UFPB e professora da UFPB) e Eduardo Fernandes de Araújo (Mestre em Direitos Humanos pela UFPB e Membro do CRDH).

Debatedor: Alfredo Rangel Ribeiro (doutorando em Direito, professor DDPr-CCJ e Juliana Toledo da Rocha (mestre em Psicologia Social, professora DCJ-CCJ).

Entrevistas realizadas com organismos mapeados

A fim de aprofundar os resultados obtidos após a aplicação do questionário de coleta de dados com as Instituições de Ensino Superior mapeadas na 1ª fase deste projeto, a equipe da pesquisa escolheu, dentre os organismos de maior expressividade na realização de atividades direcionadas à advocacia em Direitos Humanos, um total de nove Instituições para a realização de entrevistas, que seguem em resumo:

Foram realizadas entrevistas com os nove organismos de maior expressividade na advocacia em Direitos Humanos

Clínica de Direitos Humanos e Direito Ambiental (CDHDA) – Universidade Estadual do Amazonas (UEA)

A Clínica de Direitos Humanos e Direito Ambiental CDHDA da Universidade do Estado do Amazonas foi criada em junho de 2010 por meio da Resolução nº 032 do Conselho da Escola Superior de Ciências Sociais e teve seu regimento interno aprovado em 09 de maio de 2011, sendo coordenada desde então, pela Professora MSc. Silvia Loureiro.

A CHDA é vinculada ao Núcleo de Prática Jurídica, do Curso de Direito, ligado à Escola Superior de Ciências Sociais da UEA e funciona como um espaço de pesquisa e extensão universitária, pois promove tanto a pesquisa acadêmica quanto a atuação prática (simulada e real) de casos envolvendo os direitos humanos.

A estrutura física para o funcionamento da Clínica é custeada pela própria Universidade Estadual, não possuindo nenhum recurso

obtido por meio de financiamento das agências de fomento à pesquisa e extensão.

O ingresso à Clínica se dá por meio de processo seletivo rígido, sendo uma opção ao estágio supervisionado obrigatório. Desta forma, o chamamento é feito por edital, com prova escrita, entrevista e análise de currículo. Os alunos do 6º ao 10º período podem cumprir a carga horária do estágio supervisionado na Clínica e os demais alunos, para não serem excluídos do processo, podem aproveitar as horas como atividade complementar, desde que aprovados na seleção em igualdade de condições.

O período máximo em que o discente pode se vincular à Clínica é de 2 (dois) semestres, sendo necessário participar de novo processo seletivo, caso queira permanecer por mais semestres.

No início de cada semestre é apresentado um planejamento de atividades para a execução ao logo do mesmo, envolvendo sempre o estudo de caso, que é estudado e discutido nas reuniões semanais, sendo que ao término de cada semestre é realizada uma avaliação em grupo, com a anotação de pontos positivos e negativos do grupo como um todo.

A CDHDA integra a Rede Amazônica de Clínicas de Direitos Humanos, juntamente com as seguintes Universidades: UFPA, UFMT, UFOPA, UNB e sediará nos próximos dias 12 a 14 de novembro, o IV Encontro da Rede Amazônica de Clínicas de Direitos Humanos, cujo objetivo será desenvolver atividades de capacitação, articulação (reunião de trabalho) e de formação acadêmica para a realização de ações concretas voltadas ao enfrentamento das violações de direitos humanos da região.

Escritório de Assessoria Jurídica Popular – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

O Escritório foi criado como assistência judiciária em 1969 e tem passado por reconfiguração a partir do ano de 2010. A partir daí o projeto pedagógico foi alterado, e o objetivo passou a ser o de assessoria jurídica popular, fazendo um atendimento mais amplo, envolvendo coletivos. É um órgão que trabalha com estudos afrobrasileiros, além de diversas ONGs. Dentre as parcerias estão a ONG Instituto Educacional Oré; ONG SOS Mulher e Família, relativa a questões de gênero, em Uberlândia; LGBT com o projeto “Em cima do salto”; ONG Triângulo Trans; Comissão da Verdade, da qual o escritório é parceiro; com o Ministério Público atua num projeto sobre questões de superendividamento; PROCON Municipal e Estadual, mantido pelo MPE.

Há dois projetos pedagógicos desenvolvidos no âmbito do Escritório da UFU. 50% da carga horária exigida pelo estágio obrigatório deve ser realizada dentro do núcleo. Semestralmente, passam pelo organismo entre 70 e 80 alunos. Há opção para se estagiar por mais um semestre e diluir a carga horária. O estudante pode, ainda, após o cumprimento da carga horária obrigatória, permanecer como estagiário voluntário.

Só há dois bolsistas dentre os alunos. O processo seletivo dos estudantes bolsistas consiste em uma prova aberta para todos os alunos, sejam eles voluntários ou não. Antes do projeto pedagógico se tornar obrigatório havia uma média de 30 voluntários por semestre. Os alunos voluntários são aqueles que detêm um perfil de maior preocupação social. Como voluntário, o estudante pode ficar no

feita através de critérios como pontualidade, cumprimento de tarefas, acompanhamento de audiências. Na modalidade de atendimento por assistência, os alunos têm contato com processos.

Número de processos ativos: 857. Inativos: 3.993 (desde 2007). Em 2014: foram realizadas 373 triagens socioeconômicas, e 305 assistidos foram efetivamente atendidos.

Entre os casos paradigmáticos, é válido citar a situação de assistidos homossexuais que ajuizaram ação de reconhecimento de maternidade socioafetiva; outro caso de destaque é o referente à retificação de estado civil e nome por assistido transexual. Também é importante mencionar que, à época das manifestações ocorridas no mês de junho de 2013, o Escritório conseguiu, perante o Poder Judiciário Estadual, um habeas corpus preventivo para que não houvesse prisões sem justa causa pelos atos ocorridos na cidade de Uberlândia.

Centro Jurídico Social (CJS) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Criado em 1990 com a denominação Setor Jurídico-Social, em 1992 transformou-se em Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS), integrada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp - Campus de Franca. Assim, como unidade auxiliar, o Centro Jurídico Social (CJS) vincula-se diretamente a Diretoria e a Vice-Diretoria do campus de Franca da Unesp e possui Conselho Deliberativo constituído por supervisor e vice, representante docente, discente e da equipe técnica-administrativa.

A perspectiva do trabalho do CJS é educativa – uma vez que promove a divulgação de direitos por meio dos projetos de extensão

que desenvolve junto à comunidade –, bem como interventiva – pois atua na defesa de tais direitos, por meio do ajuizamento de ações e apresentação de defesa em processos judiciais e administrativos.

O CJS é composto por profissionais do Direito, do Serviço Social e, mais recentemente, em razão de um convênio firmado com o Centro Universitário de Franca (Uni-Facef), também da Psicologia. Os estagiários do curso de Serviço Social devem estar matriculados no 3º ou 4º ano do curso, enquanto os estagiários de Direito e Psicologia devem estar matriculados no 4º ou 5º ano. Na área do Serviço Social, o estágio supervisionado é obrigatório, devendo o aluno cumprir o total de 435 horas de estágio, divididos entre o 3º e 4º ano do curso; igualmente na área da Psicologia, devendo ser cumpridas 700 horas, ao longo do curso. Já na área do Direito não há obrigatoriedade do estágio prático. O estágio no CJS visa à formação teórica e prática dos estudantes, a partir de discussões de temas teóricos e de casos atendidos na Unidade.

Compete aos advogados, assistentes sociais e psicólogos o atendimento e a supervisão dos atendimentos realizados pelos estagiários à população que procura os serviços da Unidade, bem como o acompanhamento das atividades dos projetos de extensão e de pesquisas. Mensalmente é realizado o agendamento de casos novos: aproximadamente 18 novos casos são divididos entre os estagiários por mês, sendo que os atendimentos são realizados sempre em duplas (um estagiário do Direito e um do Serviço Social), de forma interdisciplinar, com a supervisão da equipe técnica. As demandas mais frequentes são divórcio, execução de alimentos e benefícios assistenciais e previdenciários.

A coordenação do CJS compete a um docente do curso de Direito ou de Serviço Social, que, alternadamente, cumpre mandato de 4 anos, mediante eleição realizada pelo Conselho Deliberativo da Unidade.

Escritório de Assistência Jurídica (EAJ) e Unidade Avançada de Atendimento Judiciário (UAAJ) – Universidade Guarulhos (UNG)

A Universidade Guarulhos (UNG) iniciou os trabalhos de assistência jurídica em 1995, ano em que o “Escritório de Assistência Jurídica” (EAJ) da universidade foi regularizado perante a OAB. Além do EAJ, a UNG conta com uma “Unidade Avançada de Atendimento Judiciário” (UAAJ), um setor que, antes pertencente ao Juizado Especial Cível de Guarulhos, ganhou autonomia em 2012.

Ambos os serviços estão subordinados ao Núcleo de Prática Jurídica da universidade e abrigam acadêmicos de direito e de psicologia para estágios supervisionados bem como para estágio profissional. O estágio supervisionado é obrigatório, constando da grade curricular, e prevê 128 horas/aula, distribuídas entre aulas presenciais e visitas monitoradas, nas quais se incluem os atendimentos ao público.

O estágio tem duração máxima de 2 anos, com possibilidade de prorrogação por até 3 meses e, com frequência, os estagiários fazem uso dessa prorrogação, o que evidencia o sincero envolvimento com o trabalho desenvolvido pelos serviços.

Notamos que o EAJ e a UAAJ apresentam uma importância social, tendo em vista a grande quantidade de atendimentos que realizam semanalmente. Dentre os casos principais, destacam-se as demandas judiciais por atendimento e/ou

tratamento médico, bem como por acesso a determinados medicamentos.

Vale destacar que o coordenador do EAJ e da UAAJ deve ser, necessariamente, um professor da faculdade de direito da UNG, sendo que recentemente têm sido privilegiados os professores de Direito Civil e Direito Processual Civil. Nas disciplinas do estágio supervisionado, o coordenador fornece, semanalmente, novos casos aos alunos, para pesquisa e estudo doutrinário e jurisprudencial.

Importante salientar que todos os casos atendidos chegam aos serviços diretamente, uma vez que o Núcleo de Prática não mantém qualquer convênio – com instituição pública ou privada – não recebendo, pois, destinação de verbas específicas. Assim, a UNG custeia integralmente, com recursos próprios, todas as despesas do EAJ e da UAAJ.

Observatório de Direitos Humanos – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina teve como foco o Observatório de Direitos Humanos, instituído no ano de 2009 e que se caracteriza por ser um grupo de pesquisa e extensão, coordenado pela Professora Danielle Annoni, responsável também pela entrevista concedida. A atuação do Observatório é dedicada principalmente ao tema de Direitos Humanos no plano internacional, com forte destaque para o tema dos refugiados que, futuramente, tem despertado o interesse do projeto na criação de uma Clínica de atendimentos a emigrantes e estrangeiros. O Observatório, a partir de 2011 passou a desenvolver um grupo de estudos e de pesquisas sobre os seguintes temas: Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito

Internacional Humanitário, Conflitos Armados e Refugiados; Democracia Internacional e Teoria Internacional dos Direitos Humanos. São ainda temas de debate: Os reflexos da proteção internacional dos direitos humanos no âmbito interno dos Estados, com ênfase no Brasil, justiça internacional e terrorismo, crimes internacionais, genocídio, questões de gênero e migrações internacionais.

As atividades são desenvolvidas por meio do trabalho de estudantes bolsistas e voluntários, de graduação, mestrado e doutorado, do curso de Relações Internacionais, Direito, História, Ciência Política, Jornalismo e Economia, com recursos de órgãos de fomento (FAPESC, CAPES, CNPq e outros), mas também de editais internos da UFSC, desde que aprovados em projetos específicos. O principal atrativo são os eventos, que divulgam o trabalho e atraem a atenção de toda a comunidade para diversos temas de pesquisa, atuais e internacionais. O processo seletivo dos voluntários é semelhante ao dos bolsistas e tenta observar as mesmas regras exigidas pelo Edital do projeto.

As atividades do grupo de estudo funcionam por meio de reuniões a cada 3 semanas, conforme calendário previamente publicado, disponibilização dos textos e casos previamente, onde dois membros do grupo são escolhidos para apresentar o caso ou texto antes dos debates.

Os resultados das pesquisas do projeto são divulgados por meio de eventos e atividades de cidadania voltados para a ótica dos Direitos Humanos Internacional.

Núcleo de Prática Jurídica em Direitos Humanos – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

A pesquisa realizada na UFPR foi direcionada ao Núcleo de Prática Jurídica em Direitos Humanos coordenado pelo Professor Leandro Franklin e instituído no ano de 2009, após a reformulação do currículo da Instituição de Ensino. Esta reformulação acarretou na abertura do eixo para a habilitação em Direitos Humanos juntamente com Núcleos de prática jurídicas de outras disciplinas, dos quais participam também técnicos administrativos e assistentes sociais.

Nos Núcleos, os professores atuantes desenvolvem pelo menos um projeto de extensão vinculado. No caso específico da disciplina de prática jurídica em Direitos Humanos, as aulas são semanais; já os projetos ocorrem em reuniões quinzenais com os alunos e o Professor coordenador, tanto para organização de demandas, quanto para atividades práticas com entidades parceiras.

As demandas se apresentam de duas formas: uma é através da relação dos projetos com as ONGs e Movimentos Sociais; a segunda através da abertura para atendimentos. Neste último caso, são os professores responsáveis pelo Núcleo que definem a quantidade de atendimento ao público durante o mês na Universidade.

No que tange às parcerias, o Núcleo passou de uma forma ou de outra, a ser uma referência no cenário externo, sendo procurado para várias parceiras, tanto de movimentos sociais, quanto para atuações conjuntas com a Defensoria Pública, que segue em fase de organização, vínculo com sindicatos, Movimento Estadual da

População em Situação de Rua, Movimento LGBTs e a questões agrárias, todas as direcionadas e gratuitas. Algumas parcerias são temporárias e buscam apenas uma ação, já outras são estratégicas a longo prazo.

No Núcleo em Direitos Humanos cada turma possui 20 alunos oriundos do 4º e 5º ano, já nos projetos de extensão vinculados ao Núcleo a seleção é feita por currículo, entrevistas e prova, e cada um dos projetos possui de 2 a 3 bolsas - decorrentes dos editais internos da Universidade para apoio de bolsas de extensão e apoio para eventos e publicações - sendo os demais estudantes voluntários, que atuam em média por um ano.

Atualmente existem aproximadamente 20 casos individuais paradigmáticos ou coletivos em andamento, os quais não necessariamente serão judicializados, podendo permanecer no âmbito administrativo.

Projeto de Iniciação Científica “Educação para a Paz - Ética, Cidadania e Direitos Humanos” - Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)

O projeto de iniciação científica “Educação para a Paz – Ética, Cidadania e Direitos Humanos” foi criado em 2012 e iniciou suas atividades no início de 2013 com vínculo ao NPEA – Núcleo de Pesquisa e Extensão Acadêmica, assim como, aos cursos de graduação em Direito e Relações Internacionais da UNICURITIBA e, é coordenado pelo Professor Thiago Assunção.

Um dos objetivos do projeto é realizar um estudo multidisciplinar e transdisciplinar, voltado para a as bases epistemológicas da própria

educação e de como é feito o ensino jurídico. Neste sentido, trata-se de enfoque teórico-filosófico, em construção, buscando reflexões sobre os fundamentos dos Direitos Humanos, as bases de uma educação voltada para a cidadania e a participação popular.

O projeto recebe apoio institucional para uma bolsa de extensão, que envolve descontos em créditos na mensalidade do curso e, recurso externo do CNPQ de uma bolsa. A seleção envolve análise de currículo, carta de motivação, ficha de inscrição e histórico escolar. O projeto possui 10 vagas, sendo estas 5 destinadas para o curso de Direito (terceiro ao sétimo período) e 5 para o curso de Relações Internacionais (segundo ao sexto período).

Quanto aos casos, a escolha dos mesmos se dá de forma casuística, onde o professor coordenador sugere alguns temas de modo exemplificativo (não exaustivo) aos alunos, e cabe a estes escolherem um ou outro tema, de acordo com a afinidade. Os debates do grupo são realizados por meio de reuniões quinzenais, leituras de textos e eventuais atividades extracurriculares.

Neste ano o projeto possui ao todo nove estudos em andamento, sobre temas como a crítica à linguagem técnica do direito, afastando a população da justiça, o papel da globalização na busca pela justiça social, a educação em direitos humanos e seu potencial como ferramenta de cidadania, entre outros.

No presente momento não existem parcerias estabelecidas formalmente, o que ocorre são parcerias voluntárias, tais como: Sociedade Global, Instituto Atuação e Transforme Sorrisos.

Serviço de Assistência Judiciária Gratuita (SAJU) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A pesquisa na UFRGS se direcionou ao Programa de Extensão SAJU (Serviço de Assistência Judiciária Gratuita) ligado à Pró-Reitoria de Extensão, com coordenação discente do Professor Domingos.

O "Programa de Extensão" possui vínculo ou funcionamento formal; enquanto internamente é dividido em "Grupos Autônomos"; e enquanto "Instituição Democrática". Trata-se de um órgão inteiramente autônomo, independente, com forte protagonismo estudantil, sendo o professor coordenador (discente) escolhido pelos alunos. Todas as atividades do SAJU são divididas no total de 18 grupos temáticos, apresentando duas formas de demandas: algumas delas têm atendimento individual, onde a comunidade oferece a demanda e, a segunda forma é através da articulação com Movimentos Sociais, como o G8, algumas ONGs – como, por exemplo, LGBTs.

Atualmente os projetos existentes são: "Abrigando a Cidadania", "Adolescente em Conflito com a Lei", "Assessoria a Refugiados e Imigrantes", "Assistência e Estudos em matéria Cível", "Assistência Jurídica à Criança e ao Adolescente", "Assistência Jurídica e Estudos em Direito de Família", "Assistência Jurídica e Estudos em Direito do Consumidor", "Estudos em Hermenêutica e Prática Jurídica", "Grupo de Estudos e Intervenção em Matéria Penal", "Generalizando - Direitos da Mulher e de Gênero", "Tá Direito?", "Trabalhando Direitos", "Semana de Direitos Humanos" e "SAJU em Debate".

O projeto possui apoio financeiro interno para 10 bolsas, com remuneração aos estagiários, os demais integrantes (estudantes,

profissionais e professores são oriundos de diversas Instituições de Ensino e não apenas da UFRGS) são voluntários no projeto.

A seleção é feita através de entrevistas, primeiramente com uma atividade em grupo e depois atividade individual. Cada um dos 18 grupos autônomos define seus critérios e normalmente temos o registro de maior procura do que vagas disponíveis, ou seja, temos um grande número de excedentes. Os grupos se reúnem semanalmente, com horários de atendimento definidos por cada Grupo.

Dentre os casos considerados relevantes o Professor Domingos ressaltou os seguintes: Retificação de registro Civil de Transexuais e Travestis – através do Grupo G8-G do SAJU da UFRGS juntamente com o conselho regional de psicologia, só no ano passado foram mais de 80 casos; a Atuação com a questão da moradia com movimentos sociais; a visita feita por integrantes do SAJU na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para apresentar a atuação de assessoria jurídica nos grandes eventos nas manifestações de julho de 2013.

Centro de Ciências Jurídicas e Sociais e Centro de Referência em Direitos Humanos – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

A Universidade Federal de Campina Grande/PB, chamou atenção da pesquisa, pois notadamente o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais localizado no município de Sousa/PB, por já ter há vários anos um Programa de Direitos Humanos com Núcleo de Prática Jurídica e o Centro de Referência em Direitos Humanos envolvendo professores da Graduação e Pós-Graduação envolvendo o tripé ensino, pesquisa e extensão nos dois organismos como respondeu a Coordenadora Edjane Dias.

Possui, há muito, tempo um trabalho em seu Núcleo de Prática Jurídica uma parceria com a Defensoria Pública Estadual para solucionar litígios de natureza individual (cidadãos carentes do sertão paraibano).

No tocante ao Centro de Referência em Direitos Humanos o programa envolve especialmente um núcleo de extensão que trabalha com grupos socialmente vulneráveis. Os dois organismos trabalham, de forma interdisciplinar, com auxílio de psicólogos, administradores, assistentes sociais, mulheres, sindicatos e etc. O foco do trabalho traduz-se na assistência e assessoria, mas demandam no poder judiciário com o auxílio dos advogados-professores e dos defensores públicos.

Núcleo de Prática Jurídica – Universidade Salvador (UNIFACS)

A Universidade Salvador possui dois organismos universitários de Direitos Humanos, o primeiro deles sob a coordenação, à época, da Professora Pensilvânia Neves. A universidade possui também o Núcleo de Prática Jurídica sob a coordenação da professora Gisele Brianti Provedel. O primeiro envolve os três objetivos primordiais em sua formatação, quais sejam: informar, orientar e capacitar os estudantes e membros da sociedade civil dos direitos de cidadania. Os organismos funcionam com a participação de advogados em seus quadros apoiando grupos socialmente vulneráveis e comunidade carente da região.

Programas diversos da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PROEX tem

desenvolvido inúmeros programas e projetos de extensão e intervenção social nas áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho e Políticas Públicas; programas e projetos voltados para segmentos sociais e comunidades em situação de vulnerabilidade social, visando a geração de emprego e renda, reinserção educacional e laboral, emancipação social, acesso às políticas sociais públicas, bem como acesso à Justiça e aos Direitos Humanos; todos voltados para a promoção e proteção da dignidade humana.

Com esse intuito, a UESB/PROEX tem mantido 300 programas/projetos/ações de extensão. Essas ações são desenvolvidas, com maior ênfase, nos municípios de Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista, cidades onde são mantidos seus Campi. No entanto, além desses municípios, mais 70 municípios circunvizinhos encontram-se na área de influência geo-educacional da UESB, por exemplo: a) Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaí, Itambé, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória; b) Anagé, Aracatu, Encruzilhada, Bom Jesus da Serra, Poções, Planalto, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Cândido Sales, Belo Campo, Barra do Choça, Caetanos, Jacarací, Licínio de Almeida, Maetinga, Mortugaba, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Piripá, Ribeirão do Largo, Tremedal, Guajerú; c) Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã e Itamari; dentre outros; todos sendo diretamente atendidos e beneficiados pelas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UESB.

Há mais de 10 anos a UESB desenvolve programas e projetos na

área de Direitos Humanos, sendo exemplos: Núcleo de Prática Jurídica, Núcleo de Atenção à Infância e Adolescência, Núcleo de Atenção à Mulher, Centro de Extensão Universitária, Núcleo de Atenção à Saúde, Centro de Educação Ambiental, Núcleo de Inclusão e Acessibilidade, Órgão de Promoção da Reparação das Desigualdades Étnicas, Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH, Balcão de Justiça e Cidadania, dentre outros.

Próximo evento: Seminário Nacional Organismos Universitários de Direitos Humanos – Desafios e Perspectivas

O evento será realizado em 26 de novembro de 2014, no auditório 117A, localizado no 1º andar do Prédio Reitor Bandeira de Mello da PUC/SP Campus Perdizes, e visa debater os desafios dos organismos universitários voltados à atuação da advocacia baseada nos princípios da cooperação e da solidariedade, bem como à informações, experiências, e atividades no campo da prática dos direitos humanos. Objetiva ainda interagir com outras redes nacionais, regionais e internacional de direitos para fomentar e fortalecer a atuação desses organismos em nossas Universidades, como meio de contribuir para a promoção e defesa dos direitos humanos, comunidades pobres e grupos vulneráveis no país.

NOVEMBRO 2014						
D	S	T	Q	Q	S	S
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

Os resultados da pesquisa, a proposta pedagógica e a formação da rede serão apresentados e discutidos no Seminário.

Para mais informações e inscrição, acesse www.organismosuniversitariosdedireitoshumanos.wordpress.com

Outros endereços eletrônicos relacionados:

www.escriitoriomodelo.pucsp.br/

www.cidh.ufpa.br

www.clinicadedireitoshumanos.blogspot.com.br/

www.crdhufpb.blogspot.com.br

www.uniritter.edu.br

Equipe do projeto

Nelson Saule Jr. (Coordenador – PUC/SP)

Gabriel Bortoni (Pesquisador – PUC/SP)

Priscilla Soares (Pesquisadora – PUC/SP)

Íris Guedes (Pesquisadora – UNIRITTER)

Fernanda Lapa (Pesquisadora – UNIVILLE)

Guthemberg Cardoso (Pesquisador – UFPB)

Valena Jacob (Pesquisadora – UFPA)

Fabiane Baltruchaitis (Estagiária – PUC/SP)

Rafaela Mendes (Estagiária – PUC/SP)